

BRÁSILIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2006
 Editor: Raul Pilati // raul.pilati@correioweb.com.br
 Subeditores: Maísa Moura, Rozane Oliveira e Sandro Silveira
 Tel. 3214-1148
 e-mail: economia@correioweb.com.br

BOLSAS		BOVESPA		A-BOND		DÓLAR		EURO		OURO		CDB		INFLAÇÃO			
Na segunda (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)		Título da dívida externa brasileira, na segunda		Segunda (em R\$)		Últimas cotações (em R\$)		Turismo, venda (em R\$) na segunda-feira		Na BM&F, o grama (em R\$).		Prefixado, 31 dias (em % ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
<div>+0,98</div> <div>São Paulo</div>		<div>+0,17</div> <div>Nova York</div>		US\$ 1,102 (▲ 0,09%)		2,130 (▼ 0,33%)		06/outubro 2,16 09/outubro 2,15 10/outubro 2,15 11/outubro 2,15 13/outubro 2,13		2,668 (▼ 0,19%)		(Sem negociação)		13,67%		Abril/2006 0,21 Maio/2006 0,10 Junho/2006 -0,21 Julho/2006 0,19 Agosto/2006 0,05	

POLÍTICA ECONÔMICA

Especialistas desaprovam a proposta do governo federal de fazer o ajuste nas contas públicas por meio da queda dos juros e do crescimento do Produto Interno Bruto. Corte de gastos é essencial

Economia - Brasil

Discurso insustentável

VICENTE NUNES

DÁ EQUIPE DO CORREIO

O governo já afinou o discurso para aplacar as pressões em favor do corte de gastos no caso de reeleição do presidente Lula. A ordem é dissipar a visão de que o ajuste das contas públicas virá sem traumas, por meio da queda das taxas de juros e do ritmo mais forte do crescimento econômico. O discurso está sendo difundido, principalmente, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Em entrevista ao *Correio*, ele afirmou que o Brasil vai zerar o déficit nominal (que inclui as despesas com juros) no próximo mandato de Lula e a dívida pública cairá dos atuais 50% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB). "Depois disso, ninguém vai poder dizer mais nada", disse.

Nas contas de Mantega, já no ano que vem, o déficit nominal estará próximo de 1,5% do PIB, metade do rombo de 3% previsto para este ano. Essa queda será possível, segundo ele, devido à redução da taxa básica de juros (Selic), que começou em setembro do ano passado e deve se estender ao longo de 2007, e ao crescimento econômico de 5% do PIB. "Com os juros em baixa, com o PIB crescendo 5% ao ano, a velocidade de queda da dívida será forte", disse. Por isso, justificou o ministro, não há necessidade de cortes drásticos nos gastos públicos, como prega a oposição. "Não sou favorável a tratamento de choque. Sou contra, principalmente, quando as coisas estão caminhando harmonicamente na direção correta, como agora", ressaltou.

Mantega acrescentou ainda que, diante de uma conta menor de juros, o superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar os encargos da dívida) de 4,25% do PIB será suficiente para manter o equilíbrio das contas públicas. "Com os ajustes que foram feitos nos últimos anos, passamos do purgatório (dos juros altos) para o paraíso (juros em baixa e inflação sob controle)", enfatizou. Esse paraíso, segundo o ministro, será ainda melhor, pois o governo cumprirá a promessa

O DUVIDOSO E O CERTO

O AJUSTE INDOLOR...

- O governo aposta que, com a queda das taxas de juros, iniciada em setembro do ano passado e que deve se estender até o primeiro semestre do ano que vem, será possível reduzir o déficit nominal à metade em 2007, de 3% para 1,5% do PIB.
- As contas do governo indicam que a economia com a queda dos juros será de cerca de R\$ 30 bilhões em 2007. Com isso, o superávit primário de 4,25% do PIB será quase que suficiente para honrar os encargos da dívida.
- A queda do déficit nominal será, na avaliação do governo, potencializada por um aumento do PIB de 5% no próximo ano. Com juros menores e crescimento econômico maior, a estimativa do governo é de que a relação entre a dívida pública e o PIB fique abaixo dos 50% em 2007 e em torno de 40% em 2009.

... DEIXA DÚVIDAS

- Os investidores não vão se contentar com a queda do déficit nominal e da relação entre a dívida pública e o PIB. O governo também terá de cortar gastos se quiser acalmar as pressões por um ajuste de melhor qualidade nas contas públicas e continuar reduzindo os juros nos próximos anos.
- O aumento contínuo de gastos exigirá que o governo continue impondo ao setor produtivo e aos consumidores uma carga tributária muito pesada. Ou seja, o setor privado, mais eficiente, permanecerá financiando um Estado ineficiente, inibindo o crescimento econômico.



O AJUSTE IDEAL

O governo deve aproveitar a queda dos juros e a redução da relação entre a dívida e o PIB, para também cortar gastos. Quanto menor for o tamanho do Estado, menor será a necessidade de cobrança de impostos, liberando renda das pessoas físicas para o consumo e recursos das empresas para o aumento da produção e da geração de emprego.

Segundo Sílvia Campos Neto, economista-chefe do Banco Schahim, também o crescimento econômico de 5% ao ano prometido pelo ministro da Fazenda será impossível de ser atingido diante da atual estrutura de gastos do governo. "Para que a economia se expanda a essa taxa, será preciso reduzir o tamanho do Estado. Ou seja, o próximo governo — seja comandado por Lula, seja tocado por Geraldo Alckmin — terá que impor limites para os gastos. Se não houver cortes drásticos nas despesas, que pelo menos elas passem a aumentar menos do que o PIB", disse. "Só assim o Estado conseguirá abrir mão de parte dos recursos que retira das empresas e da população, direcionando-a para o incremento da produção e do consumo", afirmou.

Ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes destacou que a redução do déficit nominal e a menor relação entre a dívida pública e o PIB, por causa da queda dos juros, já estão precificadas pelo mercado. Por isso, o risco Brasil está girando em torno dos 200 pontos. "Esse nível do risco-país mostra que os investidores afastaram qualquer possibilidade de o Brasil recorrer a um calote. Mas não significa dizer que o mercado esteja satisfeito com o tamanho da máquina pública, que não cabe mais na economia", frisou.

Thadeu disse acreditar que, influenciada pelos últimos cortes da Selic — a expectativa é de que a taxa caia mais 0,5 ponto amanhã, para 13,75% ao ano —, a economia possa crescer um pouco acima de 4% em 2007. "Mas no ano seguinte já perderá o fôlego, por causa do peso da carga tributária e da falta de reformas que dêem maior dinamismo ao país", assinalou. "Juros altos, como os que vimos nos últimos anos, dificultam o crescimento. Mas, taxas baixas, sozinhas, não são suficientes para alavancar a economia, se ela convive com um Estado enorme e que tira cada vez mais recursos da sociedade. É isso que o governo tem de reconhecer e fazer o possível para mudar", concluiu Campos Neto, do Schahim.

COLABOROU RICARDO ALLAN

de cortar, por ano, pelo menos 0,1 ponto percentual das despesas em relação ao PIB. Isso, garantiu, permitirá ao setor público ampliar os investimentos e reduzir a carga tributária que atormenta o setor produtivo.

Estratégia reprovada

Na avaliação dos especialistas, boa parte do discurso de Mantega é insustentável. "Realmente, o efeito da queda dos juros sobre o déficit nominal e sobre a relação entre a dívida pública e o PIB será

positivo. Mas isso não indicará que o governo fez o ajuste fiscal necessário", disse Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos. Para ele, sem o corte de gastos, haverá um limite para a queda da Selic — dos atuais

14,25% para algo entre 12,5% e 12%. "A partir daí, os juros só continuarão caindo se realmente o governo fizer uma forte contenção de suas despesas, que cresceram a um ritmo alucinante nos últimos anos", assinalou.